



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA

*Efetivando o Controle Social*

### ATA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMS DE TRINTA DE ABRIL DE 2015

*(Aprovada na reunião ordinária do dia 28/05/2015)*

Ao trigésimo dia do mês de abril do ano de dois mil e quinze, ocorreu a quarta reunião ordinária do ano de 2015, do Conselho Municipal de Saúde de Pirapora, Minas Gerais, realizada na Unidade Ambulatorial de Pirapora, situada à Praça Tancredo Neves, número 402 – Centro – Pirapora – MG. A reunião iniciou-se às 19:35 h, com a seguinte pauta: apreciação e votação da ata do dia 26-03-2015; apreciação das resoluções do CMS e do resumo da correspondência expedidas e recebidas; informe da mesa diretora do CMS; apresentação do Secretário Municipal de Saúde de Pirapora, Sr. Célio César Almeida; apresentação do enfermeiro Haroldo Brasil de Oliveira, Coordenador da Saúde do Trabalhador; apresentação do relatório da Comissão de Finanças do CMS sobre a prestação de contas da Resolução 1771/2009 – Urgência e Emergência do Norte de Minas; assuntos diversos. Presentes à reunião os conselheiros titulares Jorge Nunes dos Santos (ASUSSAMP – titular), Jorge Cardoso Borges (UNAPIR – titular), Maria das Graças Pereira Costa (Auxiliares de Enfermagem – titular), Renata Freire Dias (Laboratórios de Análises Clínicas – titular), Mário Cristiano Joaquim da Cunha (Secretaria de Saúde – titular), Reginaldo de Miranda Santos (UNAPIR – titular), Derival Lopes Chaves (UNAPIR – titular), Laerte Costa Cavalcante (UNAPIR – titular) e João Paulo de Oliveira (Pastoral das Crianças – titular), João Alves Crisóstomo (UNAPIR – titular), Reinaldo da Conceição Fonseca (Odontólogos – titular), Andréia Luciana Mendonça Maia Santos (Secretaria de Finanças – titular); os conselheiros suplentes Erinalda Pereira dos Santos (Agentes de Saúde – suplente); os representantes da SESAU Célio César Wanderley Almeida Júnior – Secretário Municipal de Saúde de Pirapora, Marcílio Mergulhão Lima, Maryeda Diniz, além da secretaria-executiva do CMS, Marcia Evangelina Araújo Nascimento e dos visitantes Fábio Muniz Silva (representante do CISMESF), Maria Zilma P. Prado (CAPS) e Ildemar Cordeiro (Vereador). Entidades representadas no CMS que não compareceram à reunião ordinária: Secretaria Municipal de Ação Social, Sindicatos, Médicos, Clínicas de Fisioterapia, Enfermeiros, ACIAPI e UNAPIR (quarta representação). O Presidente do CMS, Sr. Mario Cristiano, abriu a reunião colocando em apreciação primeiramente a ata da reunião do dia 26/03/2015. A conselheira Erinalda informa que a fala “*disse que há gestantes que fazem até quatro ultrassons na gestação enquanto outras não conseguem fazer nenhum*” foi dito pela Conselheira Luciene Lucas e não por ela. A ata foi aprovada por unanimidade entre os conselheiros presentes após a alteração proposta pela conselheira Erinalda. Foi lida a resolução número 05, do CMS, de 26/03/2015, que aprova o uso de relógio de ponto com controle biométrico, com mecanismos capazes de impedir fraudes no processo, para controle de frequência e tempo de trabalho dos funcionários das unidades de atenção básica de saúde do município de Pirapora. Em seguida foram lidos os ofícios recebidos e expedidos pelo CMS: ofício sem número, de 06/04/2015, do enfermeiro Haroldo Brasil, encaminhando Plano de Ação em Saúde do Trabalhador 2015 para apreciação; ofícios diversos da SESAU e da SEPLAN encaminhando quatro prestações de contas de convênios e resoluções para parecer do CMS (convênio 012/2012, convênio 1711/2009, resolução 823/2006 e resolução 1795/2009); ofício CMS nº 14/2015, de 06/04/2015, solicitando esclarecimentos diversos – construção da unidade PSF St. Dumont, possibilidade de encerramento do Centro Viva Vida, material para realização das oficinas do CAPS, carro para o CAPS, material para curativo em feridas graves, revisão da programação anual de saúde 2015, revisão da lei de diretrizes orçamentárias 2016, apresentação do relatório de gestão 2014, viabilidade de aquisição de mais um veículo para os pacientes de fisioterapia, coleta de sangue nos cachorros para realização dos testes de leishmaniose; ofício CMS nº 15/2015, para Adriana Campos, coordenadora da Vigilância Ambiental, solicitando implementação de coleta de sangue nos cachorros para realização de testes de leishmaniose e solicitando esclarecimentos; ofício nº 16/2015, de 06/04/2015, para Neivaldo Pereira, presidente da Câmara Municipal de Pirapora, solicitando que seja enviado ao CMS cópia da versão final do orçamento municipal 2015. O conselheiro Reginaldo leu ofícios encaminhados por ele à Secretaria de Saúde de Pirapora onde solicita informações a respeito do quadro funcional da Secretaria de Saúde (SESAU): número total de funcionários, número de funcionários cedidos a outros órgãos que estão sendo remunerados pela SESAU, população total atendida pelo PSF, especialidades ofertadas nas unidades de PSF, número de consultas realizadas por unidade de PSF, quadro funcional das unidades de PSF, previsão do quantitativo de crianças a serem vacinadas na próxima campanha, valores pagos aos laboratórios de análises clínicas conveniados em 2014, mês a mês. O conselheiro Reginaldo leu também ofício recebido por ele da GRS/Pirapora, que informa que a prestação de contas da Resolução SES/MG nº 2568/2010, feita pela SESAU à Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, se encontra aprovada, posição contrária à opinião do conselheiro Reginaldo. O conselheiro Jorge Cardoso, na sequência, leu um texto de sua autoria sobre qualidade de vida. O Presidente do CMS solicitou à Plenária que houvesse inversão na sequência da pauta, no que foi atendido. Passou-se à apreciação do Plano de Ação em Saúde do Trabalhador 2015, pelo enfermeiro Haroldo Brasil de Oliveira. Ele iniciou sua explanação apresentando os dados do perfil produtivo do município de Pirapora, informando o número de estabelecimentos por categoria econômica e o número de vínculos trabalhistas por segmento – dados obtidos da



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA

*Efetivando o Controle Social*

RAIS, Relação Anual de Informações Sociais. Neste perfil também foram informados o número de famílias cadastradas no município, número de pessoas em idade ativa, número de pessoas cadastradas nos PSFs, bem como as dez principais atividades econômicas, as dez principais atividades domiciliares formais e as vinte principais ocupações do território. A conselheira Renata perguntou como foram levantados os dados das atividades econômicas e das ocupações do território. O enfermeiro Haroldo informou que foi através de questionários realizados pelos agentes de saúde, onde os cadastrados informavam sua profissão e este dado não foi checado nos registros do INSS e nem verificado na carteira de trabalho do cadastrado. O conselheiro Reginaldo disse que as dez principais atividades econômicas não refletem a realidade do município, pois não foram incluídos pescadores e fluviais. O conselheiro João Paulo disse que trabalhador rural é uma profissão comum e que não foi citada no plano. Reginaldo questiona a metodologia da pesquisa. A conselheira Renata sugere que no próximo plano de ação sejam usados dados de fontes oficiais e não respostas auto-declaradas pelos cadastrados do PSF. Disse também que, como Pirapora não é 100% coberta pelo PSF, os dados não refletem a cidade como um todo. O enfermeiro Haroldo disse que irá aprimorar sua base de dados para o feito do próximo plano. Ele informou os cinco principais agravos relacionados ao trabalho e, em seguida, explanou sobre as ações, as estratégias, metas, prazos, parceiros, responsável e status/monitoramento. A conselheira Renata disse que a ação “avaliar e atualizar imunização dos trabalhadores inseridos na área de saúde” já é realizada, já que a Vigilância Sanitária, antes de liberar alvará sanitário para os estabelecimentos verifica os comprovantes de vacinação dos funcionários. Disse que é assim na iniciativa privada e questionou se no setor público isso não é feito. O conselheiro Mario Cristiano, que é chefe da Vigilância Sanitária municipal disse que a responsabilidade pela liberação dos alvarás das unidades de saúde é de responsabilidade do Estado e que, por isso, não pode responder. O enfermeiro Haroldo afirma que é importante manter esta ação por não ter certeza se o esquema vacinal dos funcionários das unidades de saúde esteja atualizado. A conselheira Erinalda solicita que, além da ginástica laboral proposta no plano, seja feito o acompanhamento individualizado dos trabalhadores que apresentem alguma condição que necessite de acompanhamento, como obesidade. O conselheiro João Crisóstomo solicita que, além da população carcerária, os trabalhadores do setor também sejam vacinados contra a gripe. O conselheiro Reginaldo pede para ter acesso aos questionários respondidos pelos cadastrados e o enfermeiro Haroldo diz que eles estão arquivados na GRS, mas que ele irá solicitar cópias, que estarão à disposição do conselheiro. A conselheira Renata pergunta da planilha de custo, que não acompanha o plano. Quer saber o custo das ações propostas e de onde sairão os recursos. O enfermeiro Haroldo disse que apresentou o plano inicialmente à Referência Técnica em Saúde do Trabalhador da GRS e que não foi questionado sobre os custos e fonte de recursos. A conselheira Renata afirma que todo projeto que irá envolver recursos públicos tem que vir acompanhado de custos e fonte de recursos. O enfermeiro Haroldo se comprometeu a complementar o próximo plano de ação com estes dados. O Presidente do CMS colocou o plano de ação em saúde do trabalhador em votação com as seguintes ressalvas: que o plano não foi acompanhado de informações sobre custos envolvidos e nem fontes de financiamento; que a fonte de dados das principais atividades econômicas não é oficial e sim auto-declaração dos cadastrados das unidades de PSF. O plano, com as ressalvas citadas, foi aprovado por unanimidade. Passou-se a apresentação do relatório da Comissão de Finanças do CMS sobre a prestação de contas da Resolução 1771/2009 – Urgência e Emergência do Norte de Minas. A relatora da comissão, Andréia Maia, informou que o período analisado foi de janeiro a dezembro de 2010. Ela explicou que a prestação de contas já havia sido repassada à GRS, que apontou inconformidades na mesma, sendo que uma delas foi a ausência do relatório de avaliação do CMS. Com isto, a prestação de contas foi devolvida à SESAU para as devidas correções. A SESAU, então, encaminhou a prestação de contas para o CMS avaliar. A Comissão de Finanças avaliou a pasta da prestação de contas formada por: análise da GRS, demonstrativo físico-financeiro, relatório de cumprimento de metas, extratos bancários, comprovantes de pagamento estadual, cópias de notas fiscais, comprovantes de pagamento da execução do objeto, resolução e termo de compromisso. Após verificar que a documentação apresentada estava incompleta, a Comissão solicitou os seguintes documentos à SESAU: cópia de notas fiscais e comprovantes de pagamento do período de janeiro a maio de 2010; relatório de cumprimento de metas e comprovante de devolução de aplicação financeira. Após a complementação da documentação necessária para a análise da prestação de contas, a Comissão concluiu que: o recurso foi aplicado de acordo com o objeto da resolução e que o objetivo social da resolução foi alcançado. Sendo assim, a Comissão de Finanças do CMS considerou que a prestação de contas da Resolução 1771/2009 – Urgência e Emergência do Norte de Minas está correta e deu parecer favorável à sua aprovação. O Presidente do CMS colocou o parecer da Comissão em apreciação e votação da plenária. O parecer da Comissão foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes. O relatório da Comissão de Finanças comporá a ata desta reunião. A relatora Andréia leu ofício que a Comissão de Finanças enviou ao Secretário Municipal de Planejamento, Sebastião Marques, solicitando cópia do termo de convênio nº 12/2012, referente à aquisição de materiais de consumo para a implantação do PGRSS do



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA

*Efetivando o Controle Social*

centro Viva Vida, já que o mesmo é necessário para avaliar a prestação de contas deste convênio, que está sendo avaliada pela Comissão. Andréia também leu o ofício encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde, Célio Almeida, solicitando materiais, equipamentos e móveis para o melhor trabalho da Comissão, tais como máquina calculadora com fita, papel, caneta, grampeador, perfurador de papel e armário de aço com portas para arquivar documentos. O Secretário, Sr. Célio, se comprometeu a passar os insumos solicitados pela comissão de finanças na semana seguinte à reunião. Passou-se à apresentação do Secretário Municipal de Saúde, Célio César Almeida. O Secretário se apresentou à plenária, informando sua formação acadêmica e sua formação profissional. Disse que participou da reunião até o momento como ouvinte, preferindo não intervir na mesma para não inibir o trabalho dos conselheiros e que respeita enormemente o controle externo, seja judiciário – Ministério Público – seja social – Conselho de Saúde – e que o mesmo é necessário para o bom andamento do seu trabalho como Secretário de Saúde. Afirmou ter enorme respeito pelo Secretário de Saúde anterior, Sr. Sinvaldo Alves, que fez um excelente trabalho durante sua gestão à frente da saúde do município. Ele disse que os problemas econômicos e estruturais atuais estão refletindo negativamente na arrecadação de impostos da cidade, diminuindo os recursos disponíveis para a aplicação na saúde. Ele afirmou que este cenário negativo não o desanima e que tentará fazer o melhor possível no novo cargo. Célio explicou a partir de agora as contas da SESAU serão auditadas pela Secretária de Planejamento antes de serem repassadas ao CMS, com o objetivo de torná-las mais transparentes e corretas. Explicou que neste primeiro momento da sua gestão, tem como prioridades a atenção básica, a saúde da mulher e das gestantes e a ouvidoria da saúde. Informou que os agentes de saúde estão fazendo um levantamento atualizado dos usuários cadastrados e dos problemas dos mesmos e da área cadastrada. O Secretário informou que a Sala de Situação da SESAU a partir de agora trabalhará com novo foco, priorizando a análise dos dados levantados e a busca de soluções. Ele informou que a partir do dia 04 de maio irá começar a entrega dos materiais adquiridos para as unidades básicas de saúde e que irá repassar aos conselheiros o cronograma de entregas programadas. Ele disponibilizou o seu número de celular para que os conselheiros possam entrar em contato com ele, quando necessário e agradeceu a oportunidade de se apresentar ao CMS. O Presidente do Conselho deu início aos assuntos diversos, sendo que o primeiro conselheiro a falar foi Reginaldo Miranda. O conselheiro disse que já acompanhou o trabalho de diversos secretários de saúde desde o início do CMS e que o Conselho é sempre parceiro da SESAU. Ele leu uma carta de sua autoria onde questiona o fato de que nas resoluções da Secretária Estadual de Saúde para a construção de unidades básicas de saúde não é exigida a ata de aprovação da obra pelo Conselho Municipal de Saúde, o que contraria a Constituição Federal e as Leis 8080/1990 e 8142/1990. Na carta ele questiona o motivo pelo qual a segunda equipe de PSF não está funcionando na unidade básica do Santo Antônio, já que alguns funcionários já foram contratados. Pergunta também qual é a previsão de início dos trabalhos da segunda equipe de PSF e se há equipamentos suficientes para o funcionamento de duas equipes na unidade. Reginaldo também questiona sobre a possibilidade da Fundação Dr. Moisés Magalhães Freire encerrar suas atividades, como está sendo falado na cidade, pergunta se o Estado tem repassado as verbas no prazo ou se as mesmas estão em atraso. Reginaldo pede que os responsáveis pela Fundação sejam chamados ao Conselho para dar explicações. Ele também fala da falta de medicamentos na Farmácia de Minas, perguntando os motivos e se há previsão de normalização do estoque. Reginaldo fala que no Centro Viva Vida o ultra-som está sem funcionar há mais de um ano, pedindo providências. O conselheiro pede para ser verificada a organização física e financeira do setor de tratamento fora do domicílio. Reginaldo questiona porque as ressonâncias magnéticas pactuadas entre Pirapora e Montes Claros estão sendo feitas em número menor que o pactuado entre os municípios, sendo que o recurso repassado pelo Estado à cidade de Montes Claros e não utilizado não sendo devolvido ao Estado para ser usado em outras ações de Pirapora. Pede para rever a pactuação. Ele questiona também sobre a utilização dos recursos passados para o CISMESF, já que não está havendo prestação de contas desse recurso para o Conselho. O conselheiro Jorge Nunes questiona sobre a manutenção da estrutura física do CAPS, dizendo que o mesmo está precisando de manutenção. Jorge fala também da falta de material para as oficinas terapêuticas, bem como falta de formulários e receituários. Diz que a unidade continua sem carro para o deslocamento dos usuários, perguntando onde está o recurso destinado ao CAPS. O conselheiro João Paulo fala da dificuldade de agendamento de consultas e exames especializados. O conselheiro João Crisóstomo fala que a carrocinha para recolher animais doentes não está atuando. Questiona se os pet-shops têm autorização para sacrificar animais. João Crisóstomo fala que a realização das pré-conferências de saúde estão atrasadas e discorre da atuação incipiente da comissão de planejamento do CMS. O conselheiro Derival diz que a UTI neonatal foi inaugurada mas não tem recursos para funcionar. Questiona por que a academia de saúde do bairro Aparecida não está funcionando, bem como o ecoponto e o centro de zoonose. Pede que a mesa diretora seja rigorosa com os conselheiros que estão faltando às reuniões do CMS com frequência. Reclama que as correspondências do Conselho foram entregues por correio eletrônico e não em papel. A primeira-secretária Renata explica ao conselheiro Derival que por questões de tempo, economia de papel e dificuldade para arrumar carro para



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA

*Efetivando o Controle Social*

entregar correspondências a partir de agora as correspondências do CMS serão entregues por e-mail e que a sala do Conselho está á disposição dos conselheiros para acessar o computador e imprimir materiais. Informa que a secretária-executiva do CMS se disponibilizou a criar e-mails para os conselheiros que não o tenham, bem como ensinar aos mesmos como usar o computador para seus trabalhos. O conselheiro Derval, insatisfeito, se retirou da sala. A conselheira Renata pede esclarecimentos sobre o sistema Viver, se ele é realmente necessário, já que o Ministério da Saúde disponibiliza alguns programas para gerenciamento das unidades, como o e-SUS/SISAB. Pede que o secretário repasse ao conselho o atual organograma da SESAU, informando os nomes dos cargos e das pessoas que os ocupam. O Sr. Fábio Muniz, representante do CISMESF agradece o convite do CMS para participar da reunião e se põe à disposição do CMS para esclarecimentos sobre os valores pagos ao mesmo pela SESAU. O conselheiro Mario Cristiano que as contas dos CISMESF tem que ser apreciadas por um conselho curador, o que não está ocorrendo. O secretário Célio, respondendo aos questionamentos dos conselheiros, informa que a segunda equipe do PSF St. Antônio está homologada e que os documentos já foram enviados ao Ministério da Saúde, sendo que a previsão é da segunda equipe entrar em ação é no final de maio do corrente ano. Diz que em relação à estrutura do prédio irá falar em outro momento. Célio fala que realmente está faltando medicamentos na Farmácia de Minas, e que existe recurso em caixa para a aquisição dos mesmos, porém, o processo licitatório não foi enviado ao setor responsável na Prefeitura, o que atrasou o processo de compra. Ele tentará adquirir os medicamentos através de pregão, em no máximo 15 dias. Em relação ao TFD, ele diz que está sendo estudada conjuntamente com o Ministério Público a possibilidade de instalar uma casa de apoio em Montes Claros, porém, a Prefeitura não pode pagar aluguel em outro município. Diz que está sendo fornecido auxílio financeiro aos pacientes do TFD. Em relação ao CISMESF, ele diz que 30% dos recursos pagos ao mesmo são destinados à manutenção do mesmo e que ele não acha isso correto, que está avaliando esta situação. Com relação aos CAPS, a estrutura física está sendo avaliada e que foi repassado à coordenadoria do CAPS R\$ 2.000,00 para pagamento de pequenas despesas, que tem que ser devidamente comprovadas depois de realizadas, sendo que esta modalidade de uso do dinheiro público se chama pronto-pagamento e é perfeitamente legal. O secretário fala que sobre o não funcionamento da UTI, ele prefere falar juntamente com a direção da Fundação. Célio fala que os recursos para consultas especializadas têm que ser otimizados. Quanto à carroçinha, ele diz que a licitação está atrasada, mas que irá fazer a contratação do serviço por dois meses, com dispensa de licitação. . A conselheira Renata pede um aparte na fala de Célio e questiona sobre o destino final dos animais sacrificados, que tem que ser cremados e não jogados no aterro sanitário. Pede para que a empresa contratada para recolher os animais tenha contrato com uma empresa especializada no recolhimento e tratamento de resíduos biológicos, da mesma forma que é feito com os fetos, restos de órgãos, etc. Célio diz que não sabe como é feita a destinação dos animais mortos hoje, mas que irá se atentar a este fato. O secretário fala que está avaliando o sistema Viver, pois ele tem um custo mensal aproximado de R\$ 13.000,00 e que está negociando com o fornecedor para uma redução de valor. A reunião foi encerrada às 23:10 h. Eu, Renata Freire Dias, Primeira-Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Pirapora, redigi esta ata que foi apreciada e aprovada com alterações já inclusas na mesma pela Plenária do CMS na reunião ordinária do dia 28 de maio de 2015.

Pirapora, 30 de abril de 2015.

RENATA FREIRE DIAS

Primeira-Secretária do Conselho Municipal de Saúde de Pirapora



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAPORA**  
*Efetivando o Controle Social*

**RELATÓRIO PRESTAÇÃO DE CONTAS**  
**RESOLUÇÃO 1771/2009**  
**PERÍODO JANEIRO A DEZEMBRO/2010**

Durante o mês de Abril do corrente ano de dois mil e quinze, a Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Saúde (CMS) reuniu-se para avaliar a Prestação de Contas da Resolução 1771/2009 Urgência e Emergência referente período de Janeiro a Dezembro/2010.

A Prestação de Contas é composta de 04 (quatro) partes, contendo:

- ✓ Análise Gerência Regional de Saúde – GRS
- ✓ Demonstrativo Físico Financeiro
- ✓ Relatório de Cumprimento de Metas
- ✓ Extratos Bancários
- ✓ Comprovantes de pagamentos Estadual
- ✓ Cópia de notas fiscais e comprovantes de pagamento execução do objeto
- ✓ Resolução e Termo de Compromisso

Com base na análise dos dados realizamos as considerações:

- 1) A pasta de documentos da resolução já havia sido enviada para análise da Gerência Regional de Saúde – GRS que havia feito apontamentos de inconformidades. Foi verificado cada apontamento e conferido se acompanhava a solução das mesmas. Tendo sido observado a ausência de alguns documentos, quais sejam:
  - a. Cópia de notas fiscais e comprovantes de pagamento do período de janeiro a maio/2010.
  - b. Relatório de cumprimento de metas
  - c. Comprovante devolução de aplicação financeiraDessa forma o presidente da Comissão encaminhou ofício à Secretaria Municipal de Saúde solicitando a complementação dos dados. Tendo sido atendido, a comissão recebeu e os dados e reavaliou.
- 2) Foi realizada a comparação entre o Demonstrativo Físico- Financeiro e as cópias de notas fiscais. Com isso ratifica-se a aplicação do recurso de acordo ao objeto da Resolução.
- 3) Algumas cópias de documentos estão pouco legíveis, solicitamos observar para envio de novas prestações de contas.
- 4) Fazendo uma avaliação social, com base no Relatório de Cumprimento de Metas observou-se que a Fundação Hospitalar Dr. Moisés Magalhães Freire – FHMMF está realizando o atendimento de muitos casos de classificação de risco: amarelo, azul e branco que não deveriam chegar até ao Hospital, deveriam ser encaminhados aos PSF's. Porém, percebe-se a falta de atendimento nas unidades.

Assim, a Comissão de Finanças do Conselho Municipal de Saúde, está de acordo com os dados apresentados. E resolve encaminhar relatório favorável à aprovação das contas da Resolução 1771/2009 Urgência e Emergência período Janeiro a Dezembro/2010. É nosso parecer. Remetendo à apreciação da plenária.

Reginaldo de Miranda Santos

Jorge Cardoso Borges

Maria das Graças Pereira da Costa

Andréia Luciana Mendonça Maia Santos